

Os cursos de teoria da comunicação à luz do jornalismo: obstáculos e impropriedades das posições tecnicista e intelectualista*



Luiz C. Martino

*Doutor em Sociologia (Sorbonne Paris-V)
Professor-adjunto da Faculdade de
Comunicação da UnB
E-mail: martino@unb.br*

Resumo: O presente trabalho procura apresentar e discutir o papel dos cursos de teorias da comunicação na formação do jornalista, a partir de dois posicionamentos ou duas concepções sobre jornalismo, a concepção técnica e a concepção intelectual. Também procura explicitar as diferentes idéias de teoria subjacentes a essas duas concepções e as conseqüências da adoção de cada uma delas.

Palavras-chave: teoria da comunicação, epistemologia, jornalismo.

Las asignaturas de teoría de la comunicación a la luz del periodismo: obstáculos e impropiedades de las posiciones tecnicista e intelectualista

Resumen: El presente trabajo busca presentar y discutir el papel de las asignaturas de teorías de la comunicación en la formación del periodista a partir de dos posiciones o dos concepciones sobre periodismo, la concepción técnica y la concepción intelectual. Asimismo busca explicitar las diferentes ideas de teoría subyacentes a esas dos concepciones y las consecuencias de la adopción de cada una de ellas.

Palabras clave: teoría de la comunicación, epistemología, periodismo.

The courses of communication theory in the light of journalism: obstacles and inappropriatenesses of the technician's and intellectualist's positions

Abstract: This study tries to show and discuss the role of the courses of communication theory in the development of a journalist based on two standpoints or two concepts on journalism, the technical and the intellectual concepts. We also try to explain the different ideas of theories subjacent to these two concepts and the consequences of adopting one or another.

Key words: communication theory, epistemology, journalism.

Historicamente, os cursos de teorias da comunicação foram reivindicados dos jornalistas, que viram neles um fator importante para a própria estruturação da profissão (Emery, 1965). Desde o primeiro momento em que os jornalistas se reuniram para discutir os atributos necessários ao aprimoramento de suas atividades profissionais, eles tiveram bastante clara a idéia de que um curso de teoria seria imprescindível, e, portanto, deveria constar como um dos princípios básicos de sua formação. Procuravam corresponder, da melhor forma possível, às enormes responsabilidades da profissão, cuja importância ia se tornando cada vez mais evidente dentro da estrutura da sociedade moderna.

É perfeitamente compreensível que a questão da teoria emergisse praticamente junto com a reflexão sobre o campo; contudo, o que deve ser entendido por “teoria da comunicação” está muito longe de ser tão evidente. A disciplina, nos cursos em que é ministrada, tem apresentado conteúdos muito diversificados, que vão desde o estudo da história da arte

*Trabalho apresentado no NP Teorias da Comunicação, do XXVIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, realizado na UERJ em setembro de 2005.

ou da pesquisa científica até conhecimentos estritamente técnicos, também chamados de *profissionalizantes*. É este último sentido que prevalece nas primeiras iniciativas de implementação de cursos de jornalismo, como na Cáspes Líbero, em 1947.

Nos anos 1960, a tendência era ministrar uma formação mais científica, num sentido amplo e frouxo, normalmente sob o nome de “introdução à comunicação” ou de “fundamentos da comunicação”. Os livros de Aranguren e de Adísia Sá (1967) servem de exemplo. De forma muito significativa, os conteúdos deste último organizam-se da seguinte forma: fundamentos biológicos, psicológicos, antropológicos... da comunicação. Na verdade, trata-se da apresentação de um genérico e pesado aparato conceitual, oriundo das mais diversas disciplinas e considerado importante para a compreensão e análise dos fenômenos comunicacionais. Também nessa mesma década, a expressão “teorias da comunicação”, particularmente na América Latina, foi sinônimo de resistência ao regime político. Era praticamente a visão da Escola de Frankfurt, por vezes instrumentalizada pela semiologia estrutural francesa e expressamente voltada para a militância política (Berger, 1999). Seu objetivo último seria desvelar o jogo de poder e dar respostas ao problema de enfrentar a industrialização da cultura ou como resistir aos meios de comunicação, sempre identificados com o poderio econômico norte-americano ou com a ideologia liberal. O discurso teórico variava entre o humanismo e o marxismo, ou mesmo os dois juntos, e caracterizava-se como tentativa de enfrentar a situação político-econômica da época.

Com a evolução do cenário sócio-político, o desenvolvimento da teoria da comunicação ganha outras características e passa a buscar alternativas. Sente-se a necessidade de não identificar teoria com o posicionamento de denúncia e de militância, sem por isso voltar atrás e se fechar em uma visão tecnicista. Afastando-se dessas perspectivas, o pensamento comunicacional irá buscar soluções em filosofias como a da pós-modernidade, ou mesmo

em uma renovação do pensamento da esquerda, tal como nos estudos culturais (Martino, 2006). Desse modo, vai-se consolidando uma abertura que dissolve os estudos de teorias da comunicação em uma grande diversidade de abordagens. Uma diversidade, aliás, diga-se de passagem, que sempre esteve presente e que não cessará de aumentar, visto o notório descompasso que se estabelece entre o desenvolvimento institucional e o teórico.

Em poucas décadas vemos a multiplicação de escolas, sindicatos, periódicos especializados, associações de pesquisadores... sem que, no entanto, a reflexão sobre a área de comunicação, seu campo teórico e sua especificidade epistemológica como domínio de estudo, pudesse acompanhar as incontestáveis conquistas institucionais. Privado de uma reflexão sobre a especificidade da área, o pensamento comunicacional irá se desdobrar em múltiplas frentes de análise e mobilizar os mais diversos recursos teóricos, requisitados de praticamente todas as áreas do conhecimento.

Assim, o embotamento da dimensão epistemológica explica facilmente a incrível diversidade teórica que irá se instalar, fazendo com que os cursos de teorias da comunicação apresentem uma forte variação de conteúdos temáticos e de compreensões muito diversas sobre o papel da teoria¹. O que expõe uma evidente inconsistência teórica, que, no entanto, em nenhum momento se colocou como obstáculo ou objeção, pois a justificativa da existência dos cursos teóricos nunca foi exatamente um problema epistemológico – tanto é que, indiferente à inconsistência de seus conteúdos, sua pertinência nos currículos de jornalismo jamais foi questionada. Na verdade, os cursos teóricos serviram, e ainda se mostram muito úteis, para justificar a própria presença dos cursos de jornalismo na universidade.

Por conseguinte, é fácil perceber que a importância das disciplinas teóricas está ligada a

¹ Cf. nosso relatório de pesquisa “Teorias da comunicação: o estado da arte no universo de língua espanhola”, nos Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Congresso anual da Intercom, realizado na Universidade de Brasília (UNB), de 4 a 9 de setembro de 2006.

um problema mais profundo, que é a definição do estatuto do jornalismo, ou seja, a determinação da natureza do conhecimento que gera ou no qual se apóia: seria uma ciência, uma arte ou simplesmente uma prática ligada à circulação da informação? Não seria o jornalismo um curso estritamente técnico?

E nesse ponto as coisas não avançaram muito. Se é notório o desconforto de fazer do jornalismo uma ciência (Meditsch, 1992); de outra parte, a preocupação de não fazer do jornalismo um curso técnico é normalmente uma preocupação ideológica que visa enobrecer a figura do jornalista e valorizar a profissão, mais do que realmente fortalecer seu vínculo com a academia. Certo mesmo, e para além de toda e qualquer oposição real ou imaginária que se queira explorar, é que essas duas correntes que emergem ao longo da história do jornalismo convergem suas águas para alimentar a enorme bacia das justificativas para o pouco investimento teórico.

Lançando mão de um certo esquematismo, podemos discernir aí duas teses básicas sobre o jornalismo, duas posições que poderiam organizar as opiniões a seu respeito: primeiramente, a idéia de que o jornalista é apenas um técnico, alguém formado dentro da redação para quem somente os anos de profissão podem trazer a capacitação necessária. Dessa perspectiva, um curso de jornalismo, a própria atividade pedagógica ligada à preparação dos futuros profissionais, seria apenas uma maneira de abreviar esse tempo de formação. Vemos que o jornalismo é aqui pensado inteiramente do lado da prática, como atividade eminentemente empírica; quer dizer, o ensino de jornalismo na universidade seria apenas uma forma de encurtar esse período de aprendizagem de habilidades técnicas, pois o conteúdo e a natureza desse saber seria a vivência, a experiência profissional. Seu conteúdo não é uma criação teórica despojada de realidade, e o jornalismo seria um saber essencialmente técnico, ligado à prática. A experiência profissional não apenas poderia suprir inteiramente as necessidades da formação, mas contrasta e de certa



Essas duas correntes convergem suas águas para alimentar a enorme bacia das justificativas para o pouco investimento teórico

maneira se oporia ao plano teórico, tal como a realidade se opõe à teoria.

Observemos que essa visão tecnicista, predominante em nossos cursos de jornalismo, nos traz um problema muito delicado, que é o de como justificar o jornalismo no âmbito universitário, já que ele praticamente não expressaria um conhecimento próprio, ou mesmo não demandaria um conhecimento mais profundo para o seu exercício, de onde o conhecido debate em torno do diploma – seria ou não necessário?

Mas há uma outra idéia de jornalismo, mais de acordo com suas origens históricas, segundo a qual o jornalismo nasce com a própria emergência dos *intelectuais*. Na sua origem no século XIX, o jornalismo não contava com profissionais formados e os próprios jornais tinham uma característica muito diferente daqueles de nossos dias, a qual se consolidou somente após a I Grande Guerra Mundial (Sodré, 1983). Era um jornalismo ligado a causas políticas ou sociais, como, por exemplo, as guerras de independência, a abolição da escravatura ou a instauração da República. Personagens importantes, como Jefferson, Balzac, Zola, Karl Marx, Machado de Assis, entre outros, foram chamados de jornalistas, no tempo em que os jornais ainda não eram empresas comerciais e se confundiam com as causas políticas e a literatura (principalmente a crônica e o romance). Por certo que a organização social do século XX irá exigir outras funções dos jornais, alterando suas características, mas não a ponto de uma total ruptura com o aspecto intelectual. O jornalista, segundo esta visão, é parte integrante do campo intelectual, que, aliás, emerge junto com a pos-

sibilidade trazida pelo desenvolvimento desse meio de comunicação. A imprensa possibilita um ritmo e uma amplitude à circulação de informações em escala que ultrapassa a das comunidades locais (grupos, vizinhança, associações de interesse, quadro profissional...); ela instaura, assim, as bases de um verdadeiro debate público, que, somado às novas possibilidades de liberdade de expressão, trazidas pela organização social emergente, proporciona condições inteiramente novas do ponto de vista do alcance, da circulação, da exposição e do debate de idéias.

As duas concepções levam a dois posicionamentos diferentes quanto à importância e necessidade dos cursos de teorias da comunicação



É preciso ter bem claro que um intelectual não é um teórico; o intelectual não é alguém que fala em nome de uma determinada área de conhecimento, mas alguém que conta com a ciência, com uma experiência particular ou com uma erudição em geral, para discutir os assuntos da *atualidade*, isto é, assuntos que, em determinado lapso de tempo, em determinada conjuntura, tornam-se relevantes para a sociedade como um todo. Não se trata, pois, de questões reservadas e tratadas por um especialista, mas de uma ampla discussão com o conjunto da sociedade. Daí a razão de sua vinculação aos meios de comunicação. O intelectual é, portanto, alguém que toma posicionamento em assuntos que não dizem respeito a nenhum campo particular do saber, mas a problemas que tocam a sociedade em seu todo e em um dado momento. Por exemplo, a questão do aborto. Ela certamente pode ser uma questão médica, mas também é fácil perceber que ultrapassa em muito os

problemas médicos. É uma decisão política da sociedade, um posicionamento cultural frente à morte, ao uso do corpo e ao direito do indivíduo dispor de sua própria vida. E por aí também temos a questão da eutanásia, dos transgênicos, do uso da energia nuclear e outros assuntos que exigem uma reação da sociedade e que extrapolam o âmbito de uma disciplina científica.

O campo intelectual remete-nos para o problema de uma dimensão pública, tecnicamente viabilizada pelos meios de comunicação, que aparecem, antes de tudo, como organizadores de certa expressão da experiência social. Desta perspectiva, os meios de comunicação e o papel dos jornalistas ganham dimensão muito maior do que a reservada para eles pela posição tecnicista. O jornalista passa a ser visto de uma outra maneira, pois ele não é simplesmente alguém que coloca os meios de comunicação para funcionar (e os meios não são simples veículos de ideologias), mas um dos responsáveis pela gestão de espaços organizadores da dinâmica social. Esse papel estruturante, atribuído à atividade dos jornalistas tomados enquanto intelectuais, não é de forma alguma incompatível com a do técnico, mas obviamente demanda formação particular e mais prolongada do que a técnica.

É preciso ter em conta que, mesmo visto como intelectual, o jornalista é, sim, alguém que vai colocar os meios para funcionar, mas que para tanto irá precisar de conhecimento técnico. Portanto, há uma dissimetria entre as duas posições, para a qual convém chamar a atenção, pois as duas idéias não precisam ser necessariamente opostas: se a concepção tecnicista tende a excluir a idéia de intelectual, empurrando o jornalista para o papel de “funcionário de jornal”, a concepção do jornalista como intelectual, pelo contrário, necessita e pressupõe a formação técnica.

Essas duas concepções sobre o jornalismo levam a dois posicionamentos diferentes quanto à importância e necessidade dos cursos de teorias da comunicação. Para a primeira, a formação do jornalista implica um curso de perfil não necessariamente

te acadêmico, cuja duração seria sensivelmente menor, já que um ano seria mais do que suficiente para aquisição de algumas habilidades técnicas, como certas regras de preparação de texto, saber montar uma página web, operar uma câmera, saber falar ao microfone, montar um jornal, organizar uma programação... Já para a segunda concepção, ligada à idéia do jornalista como intelectual, teremos uma formação que, além daquelas habilidades, exigiria formação humanista, podendo passar pela filosofia, lingüística, sociologia... enfim, por conhecimentos diversos, mas não necessariamente por conhecimentos específicos.

Porém, ao contrário de uma crença corrente, ultrapassar o plano técnico-profissionalizante não significa necessariamente encontrar o plano teórico de um saber comunicacional *strictu sensu*, engajado na reflexão sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade e sua articulação com a singularidade na cultura de massa. Somente este tipo de abordagem pode nos levar a uma valorização da teoria, pois não se contenta em aproximar-se das ciências, com o propósito de pilhar seus saberes, mas busca construir um saber específico no interior das ciências humanas, visto que é somente aí, enquanto ciência, que o termo teoria ganha toda a sua significação.

Em suma, temos historicamente concepções sobre o jornalismo que não permitem o espaço para o desenvolvimento da teoria. Para o posicionamento técnico, que simplesmente tende a esvaziar o papel da teoria, não haveria muito sentido em desenvolver tradição teórica para uma atividade que se vê, intrinsecamente, como ação prática na sociedade. Dessa perspectiva, a formação do profissional passa (se é que isto é possível) por um tipo de aprendizado tributário apenas do exercício mesmo dessa atividade e que seria insubstituível por qualquer discurso ou teoria, que sempre apareceria como demasiado artificial ou inadequada. De outro lado, temos o posicionamento mais perto das ciências humanas, em que a teoria da comunicação aparece apenas como rótulo para um conjunto de saberes

oriundos de diferentes disciplinas, sem que a comunicação seja ela mesma uma disciplina. Ora, essa falta de lastro epistemológico, fruto da rejeição *a priori* da possibilidade de fazer da comunicação uma ciência, faz do jornalista alguém próximo ou idêntico ao intelectual.

As conseqüências desses dois posicionamentos nem sempre aparecem com clareza para seus adeptos. Vimos que a primeira posição lança dúvidas importantes e exige uma séria reflexão sobre a presença do jornalismo no âmbito universitário e mesmo sobre a necessidade do diploma para exercer a profissão. Vejamos agora como se coloca o problema quando tomamos o jornalista como um intelectual.

Para essa perspectiva, a questão seria fornecer cultura geral ao aluno de comunicação, recorrendo a disciplinas de outros cursos, de modo a tirar o máximo proveito do sistema de créditos adotado pela maior parte de nossas universidades. Assim, paralelamente ao curso técnico, o aluno poderia usufruir uma vasta gama de conhecimentos oferecidos nos mais diversos cursos universitários.

Tal posicionamento estaria aparentemente de acordo com o sistema de créditos de nossas universidades, o qual tem a grande vantagem, é preciso reconhecer, de permitir um ajuste da educação aos interesses e necessidades do aluno, conferindo a ele uma certa liberdade ou trânsito entre saberes diferentes. No entanto, não podemos confundir essa liberdade com um alegre passeio pelos campos do conhecimento. É preciso lembrar que ela se encontra limitada pelo curso de ingresso, que permanece o foco da formação e, mais importante ainda, que exige adaptações dos ensinamentos das outras disciplinas em relação aos objetivos do que, no caso o ensino de comunicação, se coloca. Trata-se de conhecimentos necessários, exigências e instrumentos que a área entende serem importantes para os fins que se coloca. Em hipótese alguma isso poderia ser confundido com “liberdade” em termos absolutos, o que, em outras palavras, equivaleria a dizer que não há conhecimento comunicacional. Seria muito difícil, dentro do meio acadêmi-

co, justificar o percurso do aluno como se fosse uma deriva aos caprichos do acaso, fruto de desejos impulsivos, súbitos, sem justificação alguma. Depois, se a formação do estudante de comunicação deve corresponder a um objetivo, quem faria o papel de orientador para conduzir as opções que necessariamente terá que fazer frente à enorme oferta de disciplinas que se abre a cada semestre? Seus professores da área técnica, que freqüentemente ignoram e por vezes mesmo desprezam a formação teórica? Ou deixaríamos isso para os professores de outras áreas, pouco interessados ou pouco preparados para os problemas específicos da comunicação? Não seria um outro modo de negar o saber comunicacional, ou de não reconhecer sua pertinência no âmbito acadêmico? A idéia de um currículo mínimo, não seria outra forma de demissão da responsabilidade da formação do jornalista? Uma outra maneira de sumir com o problema da teoria específica do campo comunicacional?

Em todo caso, seria muito difícil admitir que a formação do estudante de comunicação pudesse equivaler a uma soma de cursos avulsos, mal costurados e dispersos. Porque, obviamente, não se trata de formar um erudito. Este ponto nos traz toda a discussão em torno da interdisciplinaridade, que tanto tenho combatido em outras publicações. Não que a interdisciplinaridade, em si mesma, seja uma coisa ruim (ainda que muito mal-entendido ainda precisasse ser esclarecido), mas ela passa a ser prejudicial no momento em que pretende substituir a especificidade do saber comunicacional e começa a ser usada como uma desculpa para não se produzir ou mesmo não se reconhecer a possibilidade de um saber propriamente comunicacional. Aí ela gera problemas, porque deixamos de investir na teoria no seu sentido pleno e passamos a ser apenas importadores de teorias dos outros campos, pseudo-eruditos, quer dizer, sabemos de muita coisa e de coisa alguma. Aliás, esta é uma das maneiras que os jornalistas gostam de se apresentar: como especialistas em generalidades, ou seja, conhecem um pouco de muitas coisas e não conhecem bem coisa alguma.

Pois bem, o quadro que acabamos de esboçar diz respeito a um universo muito complexo, cujos detalhes ultrapassam as dimensões e propósitos do presente artigo, mas, ainda que bastante esquemático, permite pensar o papel da teoria e do próprio jornalismo. Se do lado técnico o jornalista é o funcionário de jornal, para que formá-lo dentro da universidade? Não há sentido algum nisso, já que os próprios jornais poderiam se incumbir desta tarefa. Afinal, nada melhor do que o mercado para saber o que o mercado realmente necessita e quer. Agora, se o problema é produzir um profissional que tenha um sentido crítico (não exatamente no sentido da Escola de Frankfurt), alguém que conheça melhor as condições sócio-culturais subjacentes à sua profissão e sabe da importância disso, certamente a formação universitária será conveniente. Mas é preciso que essa formação não seja confundida com “cultura geral”, que aliás será sempre bem-vinda, desde que não tenha a pretensão de substituir o elemento teórico específico do saber comunicacional.

As vantagens parecem-me claras. Esse profissional será mais exigente, também mais cuidadoso com sua intervenção, pois tem uma clara idéia da responsabilidade que lhe cabe e dos mecanismos profundos de sua intervenção. Não se contentando com qualquer resultado, ele vai procurar uma atuação mais apurada, quer dizer, não teremos um mero produtor de notícias, um compilador de fatos; teremos um profissional que realmente atua, que pesquisa, questiona, cria e intervém no sentido de gerar questões interessantes e informações pertinentes. É preciso deixar bem claro que isso não se faz apenas pela força da intuição individual, ou pelos dotes naturais de uma personalidade excepcional, mas mediante esforço contínuo de formação permanente; por meio do estudo e da troca de informações, da pesquisa e da sistematização do conhecimento em torno da atividade dos meios de comunicação.

Portanto, dois perfis bem diferentes do jornalismo, se impõem: o do funcionário do jor-

nal, que deve ser treinado a receber ordens e a trabalhar reativamente com uma objetividade que sabemos não existir; e o do intelectual, mais propenso a fazer de sua prática uma intervenção no debate de idéias (daí a facilidade de ser confundido com a militância política e também o extremo cuidado requerido para não ser apenas uma peça no tabuleiro do poder). Se, para o primeiro, os cursos de teorias da comunicação são simplesmente impertinentes, para o segundo a teoria tem assumido a forma de uma generalidade extrema. De qualquer jeito, a dimensão teórica perde-se, seja porque o técnico a despreza; seja porque, da ótica intelectual, a teoria se dissolve em um oceano de conhecimentos gerais, quando não é simplesmente identificada com a militância ou a intervenção política. Então, desprezados ou fora de foco, os cursos aparecem como simples adornos, um lixo ou um luxo², segundo a ótica pela qual vejamos nossos currículos universitários; em todo caso, seriam perfeitamente dispensáveis, sem prejuízo para a formação de nossos jornalistas, que continuam sendo tomados estritamente como técnicos ou como puros intelectuais, esquecendo-se assim todo o contingenciamento do campo intelectual pela atividade mediática.

² “As pessoas que escrevem em jornal têm apenas *muita teoria* – e, nesse sentido, as escolas de jornalismo influíram negativamente. O que interessa Theodor Adorno e Walter Benjamin para o trabalho diário de jornal? Acontece que todo *esse lixo* alienou o jornalista, e as pessoas que deveriam estar treinadas para um certo tipo de prática não estão mais, não sabem mais fazer as coisas”, afirma Cláudio Abramo, em *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.138 – grifos meus). Em primeiro lugar é preciso lembrar que os cursos de teorias da comunicação em geral ocupam um ou dois semestres de uma formação de quatro anos. Não dá para entender o que Abramo quer dizer com “muita teoria”. Depois, se o jornalista é um escritor, se ele é o encarregado de selecionar uma pauta, se ele se debruça sobre fatos e exerce o comentário, convenhamos que uma cultura geral não chega a ser nenhum despropósito, ainda que defendamos uma especificidade do saber comunicacional. Creio que a qualquer um deve ser reservado o direito de discordar das idéias da Escola de Frankfurt, ou de outra tendência qualquer, mas fica a questão se o jornalista, responsável por gerar a atualidade, discutir os acontecimentos, comentar obras e ações de grandes expoentes da vida intelectual, artística, social e política possa se dar ao luxo de desconhecer as grandes correntes de pensamento de seu tempo. Enfim, a ignorância não enobrece ninguém. Artífice de idéias, o jornalista também deve saber se alimentar delas

Todavia, como não poderia deixar de ser, a realidade é mais complexa do que essa divisão. Porque nossos cursos, apesar de sua inspiração tecnicista muito clara, geralmente comportam cursos de teorias da comunicação que não se enquadram nesse perfil, nem tampouco têm muita clareza da dimensão teórica, confundindo-a com erudição ou um conjunto de informações coadjuvantes, típicas da concepção intelectualista.

Tal composição repercute sobre os cursos de teoria, pois a posição tecnicista vai pedir à teoria o que ela não pode dar, ou seja, que ela resolva os problemas práticos. Dessa perspectiva o conteúdo dos cursos de teoria equivaleria ao de um *manual de instrução*, um conjunto de instruções, diretamente aplicado à resolução de problemas que aparecem no exercício diário da profissão. Obviamente, não é esta a melhor maneira de considerar a teoria, pois não corresponde em nada ao que ela é. Ao contrário, a teoria deve ser considerada como uma forma de ver as coisas e, portanto, de colocar os problemas. Trata-se de uma maneira de romper com nossa visão ordinária e nos afastarmos da realidade imediata, por conseguinte, ela é uma tomada de distância a fim de modificar e não de resolver os problemas tal qual eles aparecem na dimensão da prática. De onde se entende o desapontamento que a visão tecnicista acaba tendo com os cursos de teorias, os quais não correspondem ao anseio de ver as dificuldades da profissão amparadas em um corpus de informações úteis, tal como a função “ajuda” proporcionada pelos programas de informática. Mas a teoria não é a tela “*F1 do Windows*”, ela não tem a função de ajuda contextual, ela não deve ser vista como *caixa de ferramentas* de onde se faz sair todos os sortilégios, panacéias para resolver os problemas profissionais.

Note-se que cobrança equivocada ou desapontamento repercutem diretamente no plano teórico e se fazem traduzir como “tecnização” da teoria (confusão e substituição da teoria pelo saber técnico, ou seja, *know-how*) e como ceticismo epistemológico em relação ao saber comunicacional

(impossibilidade de definição ou de fundamentação).

Por outro lado, também é fácil perceber que nossos cursos de teoria muitas vezes têm oferecido o que não interessa. Frequentemente eles se apresentam como um saber genérico, de pouca serventia, porque estão muito longe das preocupações mais pertinentes ao saber comunicacional. As características da posição intelectualista, frequentemente presentes nos currículos de nossas universidades, também têm seu correlato no plano teórico, com o movimento interdisciplinar.

As duas perspectivas revelam cursos de teorias da comunicação pouco adequados à formação do jornalista (e de outras habilitações), razão pela qual não encontram outra serventia a não ser como justificativa para a inclusão dos cursos de jornalismo no espaço universitário. De fato, sem eles, dificilmente poderíamos justificar a permanência das Escolas de Comunicação no âmbito universitário. Os cursos de teorias têm essa prerrogativa, ou esse respaldo, mas na realidade, nas condições em que se encontram, seriam perfeitamente dispensáveis. A verdade é que são altamente negligenciados, tanto na orientação tecnicista, como na orientação intelectual, que não sabem o que fazer com eles, mas não ousariam dispensá-los.

Para ultrapassar o dilema devemos começar por admitir que, mais do que uma justificativa, os cursos de teoria devem responder às necessidades de conhecimento. Eles devem trabalhar não apenas para a reprodução de um estado de coisas, no sentido de uma inércia crítica, mas no sentido de explicitar os impasses e impropriedades colocados por estes posicionamentos em relação à figura e ao papel do jornalista, como um primeiro passo em direção à construção de um autêntico saber comunicacional. Para isso, eles devem incorporar a dimensão epistemológica e exercer a crítica e a reflexão, antes de tudo, sobre suas próprias atividades, recursos, propósitos e objeto.

Acredito, assim, que há forte correlação entre o desenvolvimento do saber comunicacio-

nal e a formação profissional. Formar o jornalista no sentido mais nobre, mais interessante do termo, necessariamente leva a reflexões mais profundas sobre a emergência, função e significação de sua atividade na sociedade complexa; e também à exploração mais intensa das relações entre a pesquisa em comunicação e a atividade do jornalista (bem como de outras habilitações). Isto nos permitiria ter uma idéia mais clara de seu papel como técnico e intelectual, mas também dos limites dessas características fundamentais que lhe são inerentes. Transpor a atividade jornalística para o plano teórico não é inútil e não faz sentido rejeitá-la a priori como desnecessária, ao contrário, há grande interesse de integrá-la à formação profissional, que ganharia com uma compreensão profunda e perspectivada, menos suscetível às vicissitudes do poder e da ingenuidade. Ao mesmo tempo evitaria dispersar o saber comunicacional no conjunto das ciências sociais, pois passaríamos a considerar seriamente a possibilidade de um conhecimento próprio, saber autônomo, capaz de embasar essas reflexões.

A construção de tal conhecimento certamente não é tarefa das mais fáceis, nem matéria que se esgote em uma geração, mas tenho argumentado no sentido de que poderíamos ganhar muito, se deixássemos de desperdiçar nossos esforços negando a possibilidade de determinar a especificidade do saber comunicacional (tese que nos levaria a realmente assumir todas as conseqüências da posição tecnicista). Também ganharíamos muito se deixássemos de lado as alopradas proposições de reinventar o conhecimento, atribuindo uma natureza completamente *sui generis* ao saber comunicacional (inconveniente da visão interdisciplinar, presente na posição intelectualista).

O abandono dessas posições nos levaria a trilhar o caminho aberto por outras ciências e constituir uma teoria da comunicação no sentido forte. Uma teoria que não repita, que não importe teoria de outros campos, mas que se volte para o problema de seu objeto: o que realmente estudamos? Qual a especificidade dos problemas que se colocam para nós? Porque é

a partir de respostas a questionamentos como estes que poderemos encontrar o tipo de saber teórico subjacente à atividade jornalística. Claro, não como uma promessa de aplicação imediata e definitiva, mas como uma fonte de pesquisa e permanente renovação de nossa compreensão sobre a comunicação e o jornalismo, sobre o papel dos meios e a arquitetura da informação de nossa sociedade.

O leitor atento já terá antecipado nossa posição e terá entendido que, para nós, saber comunicacional e jornalismo não são exatamente a mesma coisa. O jornalismo não é, e possivelmente nunca será, encarado como uma ciência. Nesse sentido procede o cuidado da posição tecnicista, ao recusar uma visão negativa do jornalismo: comparado às ciências políticas, o jornalismo aparece como simples militância; se o tomarmos como história, ou “história do presente”, ele aparece como pouco sistemático e não sistematizável; se o considerarmos como uma visão da sociedade, o discurso jornalístico não passa de um grande painel da vida social, vago e episódico, caótico, superficial e demasiado rápido para fazer sentido, sendo identificado a uma “sociologia selvagem”. Toda tentativa ingênua de aproximar o jornalismo das ciências sociais traz certo desconforto, pois ele sempre aparece sob a forma da negatividade. O problema é o preço demasiado alto que a posição tecnicista está pronta a pagar, pois impede a comparação ao custo de inviabilizar toda e qualquer abordagem teórica.



O jornalismo tem tudo a ganhar em contato com um saber comunicacional, tal como este também tira proveito desse contato

Não se faz nenhum tipo de concessão ao admitir que o jornalismo comporta uma dimensão técnica, mas isto não significa ruptura com a teoria. O jornalismo tem tudo a ganhar em contato com um saber comunicacional, tal como este também tira proveito desse contato, na medida mesmo em que alimenta boa parte do material de sua reflexão. Essa relação entre comunicação e jornalismo (e mesmo com as outras habilitações profissionais, já que não se trata de um caso isolado) relança o problema da epistemologia da comunicação, não a nega, nem a reparte em dois campos separados, mas permite recolocar o problema teórico em suas verdadeiras bases, como problema da articulação entre teoria e prática, procurando situar esta última na arquitetura comunicacional das sociedades complexas.

O jornalismo é algo mais que uma dimensão puramente técnico-mercadológica. Acima de tudo, ele é um traço significativo das sociedades e do tempo em que vivemos. A defesa de uma teoria da comunicação expressa o compromisso de resgatar suas outras dimensões.

Referências

ARANGUREN, J. L. 1967. *Comunicação humana: uma sociologia da informação*. Zahar/Edusp, 1975. SÁ, Adísia (coord.). *Fundamentos científicos da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERGER, Christa. “Crítica, perplexa, de intervenção e de denúncia: a pesquisa já foi assim na América Latina”. *Intexto*, n. 6, 1999.

EMERY, E. *História da imprensa nos Estados Unidos*. Traduzido de *The Press and America*, Prentice-Hall – Englewood Cliffs-N.J. 1954-1962. Tradução de E. Alckimin Cunha. Rio de Janeiro: Lidor, 1965.

MARTINO, Luiz C. “Interdisciplinaridade e objeto de estudo

da comunicação”. CD-ROM *Anais do XXI Congresso da Intercom*, Recife, 1998. Publicado em FAUSTO NETO, A., PORTO S., PRADO, J. L. A. (orgs.). *Campo da comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

_____. “Abordagens e representações do campo comunicacional”. Texto apresentado no Encontro da Compós, Bauru, junho de 2006.

Meditsch, Eduardo. *Epistemologia do jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

Sodré, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983.